



### **Autonomia económica das mulheres**

O conceito de autonomia económica das mulheres refere-se à sua capacidade de serem provedoras do seu próprio sustento, assim como do das pessoas que delas dependem, e decidir qual é a melhor forma de o fazer. Nesse sentido, autonomia económica é mais que autonomia financeira, já que também inclui o acesso à segurança social e serviços públicos.

O salário não é a única fonte da nossa autonomia; ela depende da nossa formação, do acesso aos bens comuns, ao crédito, à economia solidária e aos serviços públicos. Produzimos riqueza não monetária que redistribuímos directamente (sem passar pelo sistema financeiro formal). Desde pequenas, as mulheres dedicam uma grande parte do seu tempo à satisfação das necessidades da sociedade, dos membros das suas famílias e das suas comunidades.

Apesar da criatividade das mulheres em luta pela sua autonomia, muitas encontram restrições para a conseguir. Existem países, comunidades ou famílias nas quais elas precisam, por lei ou por costume, da autorização do pai, do marido ou de um homem da família para exercer um trabalho remunerado. Em muitos países, as mulheres são menos escolarizadas que os homens e as meninas têm muitas dificuldades para permanecer na escola. Noutros países, a escolaridade das mulheres tem vindo a aumentar, mas elas continuam mais desempregadas ou a receber menos do que os homens na mesma condição.

Além disso, em quase todo o mundo as mulheres são as principais responsáveis pelo chamado trabalho reprodutivo: cuidado dos filhos, da casa, dos maridos, das/os doentes e idosas/os. Na sua busca por autonomia económica, as mulheres têm sempre de gerir o seu tempo e disponibilidade entre o trabalho de cuidado e o trabalho remunerado. Por isso, muitas vezes vêm-se limitadas a empregos a tempo parcial ou a

trabalhos informais que lhes permitam ir buscar as crianças à escola, levá-las ao médico, etc...

## **O trabalho das mulheres no mundo**

As poucas informações sistematizadas que temos sobre o trabalho das mulheres estão focadas no trabalho formal e não no trabalho não remunerado.

Sabemos que na África Subsaariana, por exemplo, as mulheres trabalham muito. No entanto, os empregos com salários dignos e protecção social são a excepção e não a regra.

Na África do Norte, a participação das mulheres no mercado de trabalho é muito baixa porque a maioria das mulheres tem de pedir permissão a um membro masculino da família para trabalhar fora de casa. Aqui, a diferença de acesso ao emprego entre mulheres e homens é a mais alta do mundo, seguida pelo Médio Oriente<sup>1</sup>.

Na América Latina, as mulheres trabalham principalmente no sector de serviços e, muitas vezes, em empregos vulneráveis e um grande número de mulheres trabalha no sector informal como artesãs, agricultoras, vendedoras, etc.

Os maiores índices de actividade das mulheres ocorrem na Ásia Oriental, Sudeste Asiático e Pacífico, todos com jornadas de trabalho extensas.

Na Europa, Estados Unidos, Canadá e Japão, é maior a probabilidade de que as mulheres estejam empregadas em posições de menor relevância que os homens e em trabalho a tempo parcial.

A exploração do trabalho das mulheres está na base da organização do sistema económico capitalista neoliberal:

- 1) As mulheres recebem sistematicamente menos que os seus colegas homens pelo mesmo trabalho (os seus salários ainda são considerados complementares aos salários dos homens – *ver adiante o ponto sobre economia feminista*). Tanto trabalhadores homens como mulheres se vêem obrigados a competir entre eles por trabalhos precários no sistema neoliberal permitindo, desta

---

<sup>1</sup> Segundo dados da OIT (Organização Internacional do Trabalho) em 2007, considerando a média mundial das pessoas em idade para trabalhar, apenas 49,1% das mulheres estavam empregadas em relação a 74,3% dos homens. A relação emprego-população de mulheres varia nas subregiões do mundo: é mais alta na Ásia Oriental (65,2%) e África Subsaariana (56,9%) e mais baixa na África do Norte e Médio Oriente (28,1%). Consideram-se empregadas as mulheres que realizaram algum trabalho – pelo menos uma hora durante o período de referência especificado – por um salário (trabalho remunerado) ou por lucro ou benefício familiar (trabalho independente).

forma, a redução dos salários e das condições de trabalho em geral e a nível internacional;

- 2) O trabalho é tipicamente precário: horas flexíveis, horas extra não pagas, trabalho a tempo parcial ou contratos de curto prazo, proibição de sindicalização, desrespeito por direitos adquiridos, falta de segurança social e de medidas de saúde e protecção laboral, etc;
- 3) A força de trabalho das mulheres sustenta as indústrias de montagem e a produção de legumes, frutas e flores em monoculturas para exportação. Também sustenta a indústria de serviços (actualmente é o principal sector mundial de emprego de mulheres) em grande parte devido à migração das mulheres pobres para países ricos (sul para norte e leste para oeste) em busca de emprego no sector doméstico ou de cuidados;
- 4) As mulheres imigrantes enviam uma parte importante dos seus rendimentos para manter a família no seu país de origem – estas transferências de dinheiro têm uma influência significativa na economia destes países. Portanto, a sua emigração é impulsionada apesar do facto de, em grande medida, as opções de trabalho para as mulheres se limitarem ao trabalho nas indústrias de serviços e trabalho sexual;
- 5) A privatização dos serviços públicos e o corte nos gastos públicos em saúde, educação, serviços de cuidado de crianças, saneamento básico e água resultou num aumento do trabalho doméstico e comunitário realizado pelas mulheres;
- 6) Pelo menos 12,3 milhões de pessoas em todo o mundo estão presas em trabalhos forçados, o que inclui as seguintes formas: endividamento, tráfico de pessoas (que, depois do tráfico de drogas, é a segunda maior máfia mundial, com 10 bilhões de dólares de lucro por ano) e outras formas de escravidão moderna. As vítimas são **as/os** mais vulneráveis – mulheres e crianças forçadas à prostituição, imigrantes presas/os por endividamento e trabalhadoras/es que sofrem com táticas ilegais, recebendo pouco ou nada.

A recente crise de alimentos, ambiental, energética e financeira – consequência directa do sistema neoliberal de exploração e especulação – tem reduzido as possibilidades de as mulheres encontrarem emprego, aumentado a precariedade dos empregos que existem e os níveis de pobreza tanto para mulheres como para homens.

## **Economia feminista como princípio**

A economia feminista coloca a sustentabilidade da vida humana e o bem-estar colectivo no centro da organização económica e territorial. Questiona a sociedade de mercado, na qual o padrão de relação entre as pessoas, destas consigo mesmas e com seu corpo e destas com a natureza é um negócio no qual o que importa é o lucro. Ela junta-se a outros questionamentos à ordem económica actual, como a economia solidária e a soberania alimentar, para criar novas práticas e novas sínteses teóricas.

As feministas questionam os paradigmas da economia dominante, que reconhece apenas a produção mercantil (os bens e serviços que são vendidos no mercado), entendida como resultado da acção de agentes económicos “livres e iguais” que actuam privilegiando interesses individuais, maximizando a utilidade ao menor custo. Esses pressupostos podem-se aplicar a um homem branco de 30 e poucos anos, que goza de boa saúde e possui capital, porém, não representam a maior parte da humanidade. Mesmo sem sustentação na realidade, são esses paradigmas que orientam as políticas do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial, da Organização Mundial de Comércio (OMC) e da maioria dos governos do mundo.

A economia feminista é útil para dar visibilidade às experiências das mulheres e à sua contribuição para a economia, além de mostrar como a produção mercantil não está desvinculada da reprodução, ou seja, a produção das pessoas e da vida. Isso inclui desde a gravidez e o parto, o cuidado das crianças, pessoas doentes e idosas e mesmo dos homens adultos para que estejam saudáveis e disponíveis para o mercado. Cuidado implica não só a alimentação, limpar a casa, lavar e passar a ferro, mas também o afecto, a segurança emocional e a sustentação da rede social que mantém juntas as famílias, vizinhanças e comunidades.

A economia feminista questiona o facto de haver uma divisão sexual do trabalho, que atribui aos homens o trabalho produtivo (a produção de mercadorias) e às mulheres o trabalho reprodutivo (o cuidado das pessoas), além de estabelecer uma hierarquia na qual o trabalho produtivo é considerado mais importante que o reprodutivo. Há correntes que procuram quantificar o trabalho não remunerado das mulheres na família e na comunidade e pressionam pela sua inclusão nas contas nacionais, nos cálculos do produto interno bruto e nos orçamentos. Outras procuram visualizar tanto o tempo que as mulheres dedicam ao trabalho doméstico como a sua disponibilidade emocional e física para o cuidado do outro. A economia feminista também mostra como valores de

cooperação e reciprocidade e habilidades como destreza, flexibilidade ou paciência são utilizados pelas empresas. Entretanto, isso não é revertido em benefícios (seja mais responsabilidade, melhores salários, etc.) quando se referem às mulheres para quem esses valores e habilidades são tradicionalmente vistos como “naturais” e não como aprendidos desde pequenas.

### **Para ter autonomia económica**

Os governos e aqueles que formulam políticas económicas não consideram que as mulheres têm pleno direito ao trabalho remunerado. Partem do pressuposto que as pessoas vivem em famílias tradicionais (pai, mãe e filhas/os). Neste modelo, o pai assegura o sustento da família e a mãe, depois de ter feito todo o trabalho doméstico, pode trabalhar em troca de algum dinheiro “extra” que servirá de ajuda. Isto está muito longe da realidade. Ao contrário do que diz a visão dominante de que são os homens os únicos provedores das suas famílias e comunidades, muitas mulheres sustentam sozinhas as suas famílias ou compartilham o sustento com o seu companheiro ou outras pessoas adultas.

Para que todas as mulheres tenham autonomia económica, temos de construir uma sociedade na qual o trabalho - em todas suas formas - seja reconhecido e valorizado. Hoje, as riquezas produzidas através do trabalho humano concentram-se nas mãos dos detentores de capital (donos de bancos, empresários, etc.) por meio de lucros. Nós reivindicamos a inversão desta lógica e que essas riquezas sejam utilizadas para a remuneração do trabalho.

Compreendemos que a autonomia económica para todas as mulheres nunca será possível dentro do sistema capitalista, cuja verdadeira razão de ser se baseia na exploração das pessoas e do meio ambiente. As nossas acções e propostas têm como objectivos a distribuição das riquezas, o direito de todas e todos ao emprego, às condições de produzir e comercializar com dignidade, às possibilidades de crescimento pessoal, e também ao direito ao tempo livre.

Queremos uma sociedade com pleno emprego para mulheres e homens em que as e os jovens não tenham que começar tão cedo a trabalhar por uma remuneração. Uma sociedade na qual as pessoas tenham tempo livre suficiente para si mesmas e para

participar na comunidade. Uma sociedade onde aquelas e aqueles que querem viver da agricultura, artesanato, pequeno comércio ou grupos produtivos associativos possam sustentar-se sem serem engolidos pelos bancos, por grandes empresas e, em especial, pelas multinacionais que querem concentrar os recursos nas suas mãos. Queremos que o Estado tenha políticas para garantir rendimento em situações de doença, de desemprego, licença de maternidade e paternidade e reforma (protecção social universal).

Entretanto, estas políticas só serão efectivas em países e regiões em paz. A violência, e a ameaça de violência, é o maior obstáculo para se conseguir a autonomia económica. Destrói formas de sustento, deixa populações inteiras desempregadas, mantém as mulheres prisioneiras nas suas próprias casas e promove fundamentalismos de todo o tipo (que, por sua vez, reduzem a liberdade de deslocação das mulheres e as possibilidades para conseguirem autonomia económica). Reivindicamos o fim da militarização dos nossos países e do nosso planeta, do imperialismo, dos conflitos e guerras intermináveis que ocorrem para controlar territórios, recursos naturais, populações ou o poder político... Só na ausência de conflito a autonomia económica para todas as mulheres e homens pode transformar-se em realidade.

#### **Em luta pela autonomia económica das mulheres, exigimos:**

- Direito de todas as trabalhadoras e trabalhadores – incluindo as e os vulneráveis como domésticas e migrantes - ao emprego com condições de saúde e protecção laboral sem assédio e no qual sua dignidade seja respeitada, em todo o mundo e sem discriminações de nenhum tipo (nacionalidade, sexo, deficiência, etc.);
- Direito à Segurança Social, incluindo o pagamento de benefícios em caso de doença, incapacidade, licença de maternidade e paternidade e programas de rendimento mínimo que permitam que as mulheres e homens tenham uma qualidade de vida decente;
- Salários iguais para o mesmo trabalho de homens e mulheres, incluindo as remunerações pelo trabalho em zonas rurais;
- Salário mínimo justo (para diminuir a diferença entre salários mais altos e mais baixos e assegurar que todas e todos vivam com dignidade com as pessoas

que são suas dependentes) instituído por lei e que sirva como referência para todo o trabalho remunerado (público e privado) e prestação de serviços sociais públicos. Criação ou fortalecimento de uma política de valorização permanente do salário mínimo, com valores comuns para sub-regiões ou regiões;

- Fortalecimento da economia solidária, com crédito subsidiado, apoio à distribuição, comercialização e intercâmbio de conhecimento e práticas locais;
- Acesso das mulheres à terra, sementes, água, matéria-prima e todo o apoio necessário para a produção e comercialização na agricultura, pesca, pecuária e artesanato;
- A reorganização do trabalho doméstico e de cuidados para que a responsabilidade por este trabalho seja partilhada entre homens e mulheres dentro da família e da comunidade. Para que isso se torne realidade, exigimos a adoção de políticas públicas que apoiem equipamentos sociais como creches, lavandarias e restaurantes colectivos, cuidados para idosas/os. etc., assim como a redução da jornada de trabalho sem redução dos salários.

**Comprometemo-nos a:**

- Construir ou fortalecer alianças com o movimento sindical;
- Denunciar a exploração e dar visibilidade aos direitos das trabalhadoras e trabalhadores migrantes, domésticos e trabalhadores subcontratados;
- Denunciar o papel das empresas multinacionais na exploração do trabalho das mulheres através, por exemplo, da organização de campanhas de boicote aos produtos dessas empresas (junto com as trabalhadoras para que os boicotes sejam utilizados na negociação de melhores condições de trabalho);
- Debater e criar formas de superar a divisão sexual do trabalho, a perspectiva do trabalho das mulheres na esfera privada como dado adquirido e a valorização do trabalho produtivo sobre o trabalho reprodutivo, criando as condições necessárias para que as mulheres tenham mais tempo livre para o ócio e para a participação cívica.